

LEI Nº 2.435 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES, PARA
O EXERCÍCIO DE 2000.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo aprovou e eu Prefeito Municipal de Alegre, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º ~~O Orçamento Programa do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 2000, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei que estima a receita e fixa a despesa em R\$ 13.200.000,00 (Treze milhões e duzentos mil reais).~~

Art. 2º ~~As receitas serão realizadas mediante arrecadação de tributos, suprimimento de fundos e outras fontes de renda, na forma da legislação em vigor, e das especificações constantes do Anexo I, e de acordo com o seguinte desdobramento em reais (R\$):~~

		R\$	R\$ 1,00
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES		12.001.000,00
1100.00.00	Receita Tributária	1.178.000,00	
1300.00.00	Receita Patrimonial	17.000,00	
1500.00.00	Receita Industrial	5.000,00	
1700.00.00	Transferências Correntes	10.645.000,00	
1900.00.00	Receitas Diversas	156.000,00	
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		1.199.000,00
2400.00.00	Transferências de Capital	90.000,00	
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	1.109.000,00	
	TOTAL GERAL DA RECEITA	13.200.000,00	13.200.000,00

Art. 3º ~~A Despesa será realizada na forma especificada no Adendo I à Portaria SOF nº 008 de 04/02/85, conforme desdobramento a seguir:~~

I - DESPESAS POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

		R\$ 1,00
01.00	<u>Câmara Municipal</u>	583.000,00
02.00	<u>Procuradoria Geral</u>	2.038.000,00
03.00	<u>Gabinete do Prefeito</u>	1.102.000,00
04.00	<u>Sec. Municipal de Administração</u>	567.000,00
05.00	<u>Sec. Municipal de Finanças</u>	2.527.000,00
06.00	<u>Sec. Municipal de Obras e Urbanismo</u>	2.800.000,00
07.00	<u>Sec. Municipal de Educação, Cult. e Turismo</u>	2.855.000,00
08.00	<u>Sec. Munic. Saúde e Assistência Social</u>	363.000,00
0900	<u>Sec. Municipal Agricultura e Meio Ambiente</u>	365.000,00
	TOTAL DAS DESPESAS	13.200.000,00

II - DESPESAS POR FUNÇÕES DO GOVERNO

		R\$ 1,00
01.00	Legislativa	526.300,00

03.00	Administração e Planejamento	2.781.700,00
04.00	Agricultura	339.000,00
05.00	Comunicações	20.000,00
08.00	Educação e Cultura	2.846.000,00
09.00	Energia e Recursos Minerais	24.000,00
10.00	Habitação e Urbanismo	1.286.500,00
11.00	Indústria, Comércio e Serviços	10.000,00
13.00	Saúde e Saneamento	2.855.000,00
15.00	Assistência e Previdência	1.271.000,00
16.00	Transporte	1.240.500,00
	TOTAL	13.200.000,00

~~**Art. 4º** — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares que forem necessários, durante a execução do Orçamento de 2000, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Orçamento da Despesa, utilizando como recursos aqueles definidos pelo artigo 43 e parágrafos da Lei Federal nº 4.320/64, ou outros dispositivos que vier substituí-lo ao Poder Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 5º** — Fica o Poder Executivo autorizado a contratar Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) no exercício financeiro de 2000, para atender a insuficiência de caixa do Tesouro Municipal, até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada, podendo oferecer como garantias necessárias, parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou outra fonte de receita.~~

~~**Art. 6º** — A execução do presente orçamento, obedecerá as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.~~

~~**Art. 7º** — O Orçamento da Câmara Municipal será movimentado pelo Órgão Financeiro do Poder Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 8º** — Integram-se a presente Lei, os Orçamentos dos seguintes Fundos Especiais: Fundo Municipal de Proteção Ambiental, Fundo Municipal de Turismo e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.~~

~~**Art. 9º** — Fica o Poder Executivo autorizado a movimentar as dotações destinadas a diversas unidades orçamentárias, transpondo, redistribuindo e alterando parcelas de uma outra, quando necessário, nos termos do Art. 66 da Lei Federal nº 4.320/64.~~

~~**Art. 10** — Esta Lei entrará em vigor a partir de primeiro de janeiro de dois mil (1º.01.2000), revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 21 de dezembro de 1999.

GILVAN DUTRA MACHADO
— Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.